

O OCIDENTE-CENTRISMO NOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS: ORIGEM, PROBLEMAS E A BUSCA POR UMA PERSPECTIVA GLOBAL.

Silvio Miranda Pinto Júnior¹

RESUMO: Este artigo apresenta a origem dos Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico e identifica o ocidente-centrismo, presente desde sua concepção, como um problema que dificulta a correta interpretação dos eventos e dinâmicas de segurança globais, ao mesmo tempo que fornece uma visão paroquial e periférica para a área, dificultando a proposição de soluções adequadas para a realidade da gr

ande maioria dos países. A partir da ampliação epistemológica ocorrida no final dos anos 1970, apresenta-se a evolução da área com o acréscimo de novas perspectivas e ferramentas de análise, as quais, entretanto, não extinguem o problema. Por fim, são apresentadas algumas propostas que visam combater o ocidente-centrismo identificado, propondo soluções para tornar a área mais global, de forma a incluir a realidade dos países periféricos e suas questões de segurança como relevantes para uma melhor compreensão dos eventos e das agendas de segurança internacional.

Palavras Chave: Estudos Estratégicos; Ocidente-Centrismo; Estudos de Segurança Internacional; Relações Internacionais Globais.

A ORIGEM DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Os estudos estratégicos² surgem como uma área de conhecimento específico, estabelecendo sua autonomia das Relações Internacionais (RI), após o fim da Segunda Guerra Mundial (II GM), durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1991) (BAYLIS et al, 2019, p.2) sob forte influência norte-americana. Seus primórdios remontam aos “estudos de área”³ (GRAÇA, 2013, p. 41), cuja origem reside na expansão colonial das potências europeias, durante o século XVIII, e nos esforços realizados pelos acadêmicos desses países em busca de um melhor entendimento sobre os povos colonizados. Nos Estados Unidos, os primeiros

Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (PPGEST/INEST/UFF)

² O termo Estudos Estratégicos empregado nesse artigo refere-se à definição dada por Eurico de Lima Figueiredo, cujo objeto de investigação caracteriza-se pelo complexo Defesa Nacional e Segurança Internacional, englobando os chamados Estudos de Defesa e Estudos de Segurança Internacional. (Cf. FIGUEIREDO, 2015. p. 108, 111-12).

³ Do original em inglês, *area studies*: pesquisa social multidisciplinar com foco em regiões geográficas específicas ou áreas culturalmente definidas. (Cf. Enciclopédia Britânica). Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/area-studies>

centros interdisciplinares de estudos de área surgem após a Primeira Guerra Mundial (I GM), mas ganham força, efetivamente, durante a II GM (MEHLER, 2010).

Foi nesse momento, fruto da necessidade de organização sistemática das informações em áreas e temas para uso militar, que foi criado o *Office of Strategic Services* (OSS), em 1942. O OSS foi a primeira agência de inteligência centralizada dos EUA e possuía como um de seus ramos o *Research and Analysis Branch*, que era composto por analistas civis e militares e que reunia cerca de novecentos professores e pesquisadores das mais diversas áreas, como historiadores, geógrafos, economistas, cientistas políticos, diplomatas e antropólogos. Seu objetivo era encontrar os pontos de força e de vulnerabilidade do inimigo (as nações do Eixo), através da análise sistemática de informações de fontes abertas (WARNER, 2000). O OSS é um grande exemplo, provavelmente o maior deles, sobre como foi intensa a interação entre os militares norte-americanos e os acadêmicos durante esse período. Com o fim da II GM e o fechamento do OSS, esses acadêmicos retornaram às universidades e replicaram essa nova forma de sistematizar e organizar a informação em novos departamentos (GRAÇA, 2013, p. 41). Foi nesse contexto, marcado pelo início da Guerra Fria e da era nuclear, sob forte influência da interação entre o meio militar e a academia, que os estudos estratégicos ganham impulso em sua autonomia como área de conhecimento própria, principalmente nos EUA e na Grã-Bretanha.

A ESTRATÉGIA COMO CIÊNCIA

Nesse primeiro momento, o termo “Estudos Estratégicos” ainda não era empregado efetivamente, sendo utilizado em seu lugar o termo genérico “Estratégia”. Ainda durante a II GM, Edward Mead Earle (1894-1954) reuniu um grupo de acadêmicos, em sua maioria historiadores norte-americanos e europeus, em um esforço conjunto para refletir sobre os principais formuladores da compreensão moderna sobre estratégia⁴. Desse esforço adveio a publicação, em 1943, de *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler* (EARLE, 1943), obra considerada de grande relevância para a área e que apresenta uma visão da guerra moderna surgida e teorizada como uma experiência distintamente europeia a partir do século XVI. A análise da obra em questão, permite observar que praticamente todos os capítulos dizem respeito a guerras europeias ou teóricos e personagens ocidentais, com exceção de dois: um capítulo sobre a estratégia naval japonesa, assunto de grande relevância e urgência para estrategistas norte-americanos à época; e um capítulo sobre a guerra colonial

⁴ Ver FIGUEIREDO, 2010, nota do autor nº 9.

francesa, a partir da perspectiva imperialista francesa. Ainda na introdução, o autor manifesta que a obra é direcionada aos estudantes anglo-saxões com a intenção de permitir a eles uma melhor compreensão da guerra, a fim de preservar suas liberdades, bem como orientar formuladores de políticas sobre o uso da força, uma vez que “A nação americana está em processo de se tornar a principal potência militar dos tempos modernos. A maneira como usamos esse grande poder é importante para nós e para o mundo.”⁵ (EARLE, 1943, p. VIII). No capítulo sobre a estratégia naval japonesa, observa-se que o pensamento militar japonês é referido como subjetivo, ausente de racionalidade e preocupado com questões internas (EARLE, 1943, p. 459). Outro ponto relevante que demonstra o ocidente-centrismo da obra, aqui acrescido de um caráter supremacista, pode ser observado no capítulo sobre a guerra colonial francesa, conforme a seguir: “uma guerra colonial é, por sua própria natureza, travada entre adversários de níveis notavelmente diferentes de civilização”⁶ (EARLE, 1943, p. 234).

Um pensador de grande destaque nesse primeiro momento foi Bernadie Brodie (1910-1978), um especialista em Relações Internacionais que trabalhou no gabinete do Chefe de Operações navais norte-americano durante a II GM. Brodie ganhou relevado destaque nos anos iniciais do pós-guerra com dois trabalhos sobre a nova ameaça da arma nuclear: *The Atomic Bomb and American Security* (1945) e *The Absolute Weapon* (1946). Posteriormente, em 1949, inicia o debate sobre o estudo sistematizado da Estratégia, com seu artigo *Strategy as a Science*. Brodie ampliou a noção de estratégia para além do campo militar, definindo como “política de segurança” as ações realizadas pelos Estados para cobrir a preparação total para a guerra, além de sua execução e condução, lidando assim com questões políticas, sociais, econômicas e militares, demarcando o caráter interdisciplinar do campo (BRODIE, 1949, p. 477).

Como observado, durante o período da II GM ocorreu uma crescente interação entre pesquisadores civis e o ambiente militar estatal. Tal interação levou a criação dos primeiros polos de pesquisa e estudos relacionados à problemática da guerra e da defesa, cabendo destacar o Naval Postgraduate Studies, criado em 1945, e o National War College, de 1946, ambos nos EUA, bem como a criação, no King’s College of London, dos departamentos de estudos de guerra, em 1947, e de estudos de defesa em 1951. Nesses centros, o termo “Estudos Estratégicos”

⁵ Original em inglês: “The American nation is in the process of becoming the foremost military power of modern times. The manner in which we use this great power is momentous for ourselves and for the world” (Tradução nossa).

⁶ Original em inglês: “In colonial wars quality must therefore balance a probable inferiority in quantity, and a colonial war is, by its very nature, fought between adversaries of strikingly different levels of civilization (Tradução nossa)”

começou a se consolidar como o “conjunto de análises e investigações voltadas para a compreensão do papel da força militar no sistema internacional” (FIGUEIREDO, 2010, p. 5-6). Dessa forma, tendo o poder militar um papel central e o Estado-nação como unidade principal de análise, resta claro a aderência entre o campo que surgia e a corrente de pensamento realista das RI, na qual se destacavam, à época, Edward Carr, Hans Morgenthau e Jonh Herz, principalmente. O primeiro, foi autor de *The Twenty Years Crisis. 1919-1939. An 1ntroduction to the Study of Intemational Relations*, ainda em 1939, cujo propósito era “contra-atacar o defeito, flagrante e perigoso, de todo pensamento, tanto acadêmico quanto popular, sobre política internacional nos países de língua inglesa de 1919 a 1939: o quase total esquecimento do fator poder” (CARR, 2001, p. XLII)⁷; retomando o elemento do poder como central na relação entre unidades políticas. Assim como Carr, Morgenthau também enfocará a questão do poder como elemento central da relação entre os Estados na política internacional; para ele “a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder” (2003, p.49)⁸. Ele também estabeleceu os princípios do realismo político e advogou pelo equilíbrio de poder como manifestação de um princípio social de ordem geral e elemento estabilizador fundamental em uma sociedade de nações soberanas. Herz, por sua vez, destacou-se por apresentar a estrutura anárquica do sistema internacional como a origem do dilema de segurança, caracterizado pela situação em que os grupos ou indivíduos, preocupados com sua segurança e preservação, adquirem mais poder; levando insegurança para os demais, que, em resposta, também buscam aumentar seu poder, ocasionando, assim, o que o autor chama de “círculo vicioso de segurança e acumulação de poder” (HERZ, 1950, p. 157).

Em que pese os valores positivistas propagados pelos realistas, notadamente seu caráter universalista e supostamente isento de valor, John Hobson alerta que o eurocentrismo manifesto presente em alguns autores geopolíticos de grande influência, como Alfred Mahan e Halford Mackinder⁹, não foi totalmente extinto, mas adquiriu um caráter subliminar nos pensadores realistas clássicos. Ele afirma que Morgenthau e Carr, ao invés de realizar uma análise universalista, desenvolveram uma estrutura normativa/explicativa fundamentada em uma “análise paroquial ocidental da política internacional”, em que a política intraocidental da Europa é apresentada como a política mundial, naturalizando o imperialismo e encobrendo a divisão hierárquica entre Ocidente e Oriente (HOBSON, 2012. p. 185-193).

⁷ Original publicado em 1939.

⁸ Original publicado em 1948.

⁹ O autor classifica como “realismo racista” o conjunto de ideias propagadas por pensadores geopolíticos do final do séc. XIX e início do século XX (Cf. HOBSON, 2012, p.106 e p.152-153).

Esse primeiro momento que se estende até a década de 1970 foi marcado pela consolidação da Guerra Fria e do mundo bipolar, caracterizado pelo conflito entre Leste e Oeste, consolidando o antagonismo entre o Oriente e Ocidente e o emprego do termo com fins políticos, onde o primeiro é caracterizado como um “mundo das trevas”, comunista, e o segundo sendo concebido como o “mundo livre”, capitalista (FIGUEIREDO, 2010, p. 6). Durante esse período, o realismo político dominou os estudos das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, formando uma “ciência positiva” cujas principais questões residiam na dissuasão, escalada nuclear, controle de armas e no equilíbrio de poder; em uma sociedade internacional anárquica, onde a preocupação com a segurança era imperativa e o principal elemento de análise era o Estado. O princípio egoísta da natureza humana põe em evidência o medo como um elemento substancial na tradição realista, vinculando essa tradição ao pensamento hobbesiano e, conseqüentemente, aos fundamentos da filosofia política moderna, a qual se entrelaça com a filosofia ocidental do mundo antigo. Hobbes busca nessa tradição, ao traduzir a “História da Guerra do Peloponeso”, a identificação das paixões motivadoras do homem para a guerra: medo, interesse e orgulho (MIJARES, 2020, p. 49). Os realistas, visando propagar sua hegemonia teórica, apelam à tradição ao estabelecer suas origens nos pensadores realistas pré-científicos (Tucídides, Clausewitz, Maquiavel, Hobbes); bem como propagam um suposto caráter anistórico de sua escola, fruto da natureza humana imutável¹⁰, que atua como uma condição constante que motiva as tensões entre os grupos, levando-os à Guerra (MIJARES, 2010, p. 50)

No Brasil, assim como em outros países situados na zona de influência norte-americana, durante esse período desenvolveu-se uma literatura com “contornos subsidiários ou complementares às formulações geoestratégicas norte-americanas”, desenvolvida principalmente entre os militares e, em menor grau, no ambiente diplomático. Destaca-se a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, como representante desse período e do pensamento estratégico completamente alinhado às políticas hemisféricas estadunidenses da Guerra Fria (FIGUEIREDO, 2010, p. 9).

¹⁰ O primeiro princípio realista de Morgenthau estabelece que a política, bem como sociedade em geral, é governada por leis objetivas cuja origem remonta à natureza humana, de caráter imutável (Cf. MORGENTHAU, 2003, p. 5).

A ESTRUTURA E OS “NOVOS REALISMOS”

O desenvolvimento da Guerra Fria com o confronto entre duas superpotências deu novos contornos aos Estudos Estratégicos e foi decisivo para consolidar a hegemonia realista nessa área de estudo (MIJARES, 2020, p. 51). O lançamento de *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz, em 1979, foi de fundamental importância para esse processo. Na obra, o autor busca reformular o realismo, procurando estabelecer uma teoria sistêmica de política internacional, em oposição às teorias analíticas, consideradas reducionistas por ele para a correta análise da política internacional (1979. p. 38-41).

Para isso, Waltz estabelece o conceito abstrato de estrutura do sistema internacional a partir de uma estrutura política doméstica, definida em três termos. Em primeiro lugar, o princípio pelo qual a estrutura é organizada, diferenciando a ordem política doméstica hierárquica da ordem internacional anárquica (*Ibid.* p. 88-89). O segundo termo refere-se ao caráter das unidades que compõe a estrutura, estabelecendo a diferença entre as unidades que compõe estruturas hierárquicas, onde prevalece uma condição de dominação e subordinação, daquelas que compõe estruturas anárquicas, as quais implicam em relações de coordenação entre as unidades semelhantes. É exatamente da suposta semelhança entre as unidades, no caso os Estados, que ele advoga o caráter universal de sua teoria (*Ibid.* p. 93). Por fim, o terceiro termo diz respeito a distribuição de capacidades entre as unidades, o que as diferenciam entre si. A alteração nessas capacidades e sua distribuição entre as unidades são capazes de alterar a estrutura do sistema. Dessa forma, esse princípio atua tanto sobre a própria estrutura, como também age sobre as unidades e define os polos de poder (WALTZ, 1979. p. 97-98).

Apesar das reivindicações de universalidade do neorrealismo, suas principais críticas se concentram no fato de que tal abordagem constrói a política internacional como um domínio constituído exclusivamente pela interação entre as grandes potências, conforme evidente no próprio texto de Waltz:

A teoria, assim como a história, da política internacional é escrita em termos das grandes potências de uma era. [...] Na política internacional, como em qualquer sistema de autoajuda, as unidades de maior capacidade definem o cenário de ação para os outros, bem como para si mesmas. [...] Seria tão ridículo construir uma teoria da política internacional baseada na Malásia e na Costa Rica quanto seria construir uma teoria econômica da competição

oligopolista baseada nas empresas menores em um setor de uma economia (*Ibid.*, p. 72, tradução nossa).¹¹

Tal perspectiva também aparece de forma clara na obra de outro autor realista, Collin Gray. O autor define a ordem internacional como: “um padrão estável nas relações entre os Estados, com esse padrão expressando interesses, valores e normas que os grandes Estados consideram aceitáveis”¹² (GRAY, 2007. p. 266, tradução nossa). O autor estabelece ainda que, desde 1800, a humanidade passa por ciclos de guerra e paz, considerando os períodos de 1792-1815 (Guerras Napoleônicas), 1914-18 (1ª GM) e 1939-45 (2ª GM) como grandes guerras e seus intervalos como períodos de estabilidade. Tal concepção não só desconsidera inúmeros conflitos ocorridos durante esse período como relevantes, como também os naturaliza como necessários ao equilíbrio entre as grandes potências, o que pode ser observado em sua análise sobre o Congresso de Viena: “A terceira alegação que se pode avançar em elogio ao Sistema Congresso/Concerto foi que ele podia, e tolerava, guerras que serviam para ajustar as relações entre as grandes potências” (GRAY, 2007. p. 267-268, tradução nossa).¹³

Voltando a teoria de Waltz, outro ponto crítico que precisa ser analisado refere-se a um elemento central de seu pensamento, qual seja, sua visão sobre a anarquia no sistema internacional, a qual descarta completamente a possibilidade de existência de qualquer tipo de hierarquia, implicando na ausência de relações de dominação e subordinação. Sobre esse aspecto, um importante contraponto foi apresentado por John Hobson (2012, p.204-205), ao afirmar que o mundo testemunhou, após 1648, uma proliferação de hierarquias imperiais internacionais, e que, claramente, foi dividido por essas várias hierarquias imperiais entre 1800 e 1980. Para o autor, somente durante o período entre os anos 1960 e 2000 que o mundo passou a ser uniformemente caracterizado por um sistema soberano de vários estados. Dessa forma, Waltz desconsidera completamente a influência do imperialismo europeu na constituição da estrutura internacional, omitindo a

¹¹ Original em inglês: “The theory, like the story, of international politics is written in terms of the great powers of an era. [...] In international politics, as in any self-help system, the units of greatest capability set the scene of action for others as well as for themselves. [...] It would be as ridiculous to construct a theory of international politics based on Malaysia and Costa Rica as it would be to construct an economic theory of oligopolistic competition based on the minor firms in a sector of an economy”.

¹² Original em inglês: “a stable pattern in the relations among states, with that pattern expressing interests, values and norms that the major states find acceptable”.

¹³ Original em inglês: “The third claim one can advance in praise of the Congress/Concert System was that it could, and did, tolerate warfare that served to adjust relations among the great powers”.

conflituosa relação histórica entre o Ocidente e o Oriente de dominação e subordinação.

A visão de Waltz, corroborada por Collin Gray¹⁴, sobre o período da Guerra Fria como estável e pacífico, também é duramente criticada por Hobson (2012, p.206), alegando que tal perspectiva somente é possível ao se confundir a política mundial com as relações entre as potências ocidentais e que tal cenário de estabilidade no ocidente só era possível porque o conflito entre EUA e União Soviética havia sido deslocado para a periferia e para longe da Europa¹⁵. Essa visão sobre a Guerra Fria exemplifica como o pensamento então vigente excluía a agência e participação de países não-ocidentais na política internacional¹⁶. Dessa forma, os eventos ocorridos em seu contexto podem ser entendidos sobre a ótica das “small wars”, como guerras resultantes de intervenções ou conquistas de nações não-europeias (BARKAWI, 2004. p. 21-22).

Como visto, o realismo estrutural além de incorrer em uma simplificação “estatocêntrica”, tende a não considerar a maior parte dos países como agentes relevantes em suas análises. Tal perspectiva resulta problemática para a aplicação desses conceitos no Sul Global, originando as versões periférica e subalterna do realismo, influenciadas pelo movimento pós-colonialista que ganhava força nas Ciências Sociais a partir da década de 1960.

O realismo subalterno surge como uma preocupação sobre a análise da segurança no terceiro mundo e das limitações do realismo para sua abordagem (MIJARES, 2020, p. 55). Conforme observado por Ayoob (1997, p. 121, tradução nossa) “é claro que a definição tradicional de segurança que tem dominado a literatura ocidental sobre o assunto é inadequada para explicar a natureza multifacetada e multidimensional do problema da segurança enfrentado pela maioria dos membros do sistema internacional”¹⁷. Em resposta, o autor busca “fornecer uma definição alternativa de segurança que, embora preserve os valiosos

¹⁴ “Em retrospectiva, não é difícil explicar por que a Guerra Fria realmente foi a Longa Paz” (Cf GRAY, 2007. p. 275, tradução nossa). Original em inglês: In retrospect, it is not difficult to explain why the Cold War really was the Long Peace.

¹⁵ Um levantamento completo e a análise dos conflitos ocorridos durante a Guerra Fria foi realizado por Chamberlin, em seu livro *The Cold War's Killing Fields: Rethinking the Long Peace*. (Cf. CHAMBERLIN 2018). Outro levantamento, realizado por Evan Luard, analisou os conflitos ocorridos entre 1945 e 1986, tendo contabilizado cento e vinte e sete conflitos significantes, dos quais apenas dois ocorreram em território europeu, com o Sul Global concentrando mais de noventa e oito por cento desses conflitos (Cf. LUARD, 1986. Apêndice 5, p. 442-7).

¹⁶ Essa perspectiva é compartilhada por Buzan e Hanzen (Cf. BUZAN; HANSEN, 2012, p. 48-49).

¹⁷ Original em inglês: “It is clear that the traditional definition of security that has dominated the Western literature on the subject is inadequate to explain the multifaceted and multidimensional nature of the problem of security as faced by the majority of members in the international system”.

insights do paradigma realista, vá além de sua obsessão etnocêntrica com ameaças externas à segurança do Estado”¹⁸ (AYOBB, *loc.cit.* tradução nossa).

Para o autor, as principais questões de segurança desses países são de caráter interno e resultam do fato de que esses se encontram em um estágio de desenvolvimento do Estado similar ao que os países europeus se encontravam entre os séculos XVI e XIX¹⁹. Em sua visão, os neorrealistas perderam de vista a preocupação com as questões internas dos Estados devido à sua obsessão com a estrutura anárquica do sistema internacional, levando-os a negligenciar variáveis domésticas de grande impacto na forma como elites estatais percebem e definem os problemas de segurança da grande maioria dos estados que habitam o sistema internacional (AYOBB, 1997, p. 122). Por outro lado, o autor critica o que considera uma extensão excessiva do termo segurança, defendendo uma definição centrada no Estado e com primazia da esfera política (AYOBB, 1997, p. 128-9), sem perder de vista as questões domésticas, principalmente aquelas definidas como o “lado software” da segurança: legitimidade, coesão social e capacidade política; como elementos fundamentais para as questões de segurança dos países periféricos²⁰.

Dessa forma, as preocupações de segurança dos países periféricos residem principalmente em questões internas, resultantes dos seus processos de construção e consolidação como unidades políticas (MIJARES, 2020, p. 55). O curto período de tempo disponível para a criação de estruturas políticas viáveis, a partir de violentos movimentos de luta anticolonial, aliado às condições de pobreza, subdesenvolvimento e escassez de recursos; limitam as capacidades desses países em garantir uma estabilidade doméstica. Revoluções, insurgências e movimentos étnicos separatistas frequentemente ultrapassam as fronteiras estabelecidas e criam instabilidades regionais mais amplas. Acrescenta-se o fato que tais Estados eram ainda mais vulneráveis a intervenções estrangeiras; com as superpotências muitas vezes utilizando seus conflitos domésticos para promover seus interesses econômicos e ideológicos (ACHARYA, 1997. p. 302).

Embora o realismo subalterno tenha sido pensado buscando explicar as questões de segurança afetas aos países do então Terceiro Mundo, suas bases fundamentam-se melhor nos exemplos dos países africanos e asiáticos, uma vez

¹⁸ Original em inglês: “to provide an alternative definition of security that, while preserving the valuable insights of the realist paradigm, goes beyond its ethnocentric obsession with external threats to state security”.

¹⁹ Sobre o processo de criação do Estado moderno e seu desenvolvimento na Europa ocidental, ver Charles Tilly, *The Formation of National States in Western Europe*. (Cf. TILLY, 1975) e Keith Krause, *Insecurity and State Formation in the Global Military Order: The Middle Eastern Case*. (Cf. KRAUSE, 1996).

²⁰ O conceito de lado “software” da segurança empregado refere-se ao estabelecido por Edward Azar e Chung-In (Cf AZAR, CHUNG-IN, 1988).

que a América Latina já havia passado por seu processo de descolonização a partir do final do século XVIII e possuía estruturas domésticas mais consolidadas. Dessa forma, na Argentina, surge a corrente de pensamento denominada realismo periférico.

Até os anos 1990, a Argentina ostentava uma posição particular na América Latina em relação às suas posições frente aos Estados Unidos, caracterizada pelo declarado antagonismo nos principais foros internacionais. Durante as duas grandes guerras mundiais, a Argentina manteve-se neutra e, após 1945, procurou promover uma terceira posição frente aos blocos hegemônicos que se formavam (ESCUDE, 2012, p. 3). Tais posições contribuíram para um isolamento da Argentina, intensificado pela Guerra das Malvinas em 1982. Nesse contexto, durante a década de 1990, as políticas externas e de segurança argentinas passaram por uma experiência liberal, deixando de responder a uma lógica estado-cêntrica e buscando se aproximar de uma lógica centrada no cidadão, onde o Estado é apenas um meio para proteger os seus direitos e interesses. (*Ibid*, p. 1).

A inovação mais notável que o realismo periférico introduz no debate realista se baseia em três críticas que foram exploradas posteriormente por muitos outros pensadores realistas nos anos 1990 e 2000, quais sejam: o conceito de Estado como unidade de análise; a preeminência da segurança na definição dos interesses nacionais; e o conceito de anarquia como princípio ordenador do sistema internacional (SCHENONI; ESCUDE, 2016, p. 2). Escudé observou que a política internacional se dá entre países, os quais são compostos pela sociedade (povo) e pelo conjunto de instituições de sua organização política – o Estado. Assim, cada país possui uma configuração própria de estado-sociedade, baseada em seu regime político, sua estrutura social e cultura política. Dessa forma, assim como no realismo subalterno, destacam-se as diferenças internas entre os países como elementos relevantes de análise e critica-se a interpretação puramente sistêmica do neorrealismo. O autor defende também que a segurança nem sempre é a questão central dos interesses nacionais e que o sistema internacional não pode ser definido como anárquico, devido aos grandes diferenciais de poder existentes entre os Estados (*Ibid*, p. 3).

A partir da análise realizada sobre o custo-benefício da política externa argentina prévia, considerada isolacionista e megalomaníaca, se estabelecem as primeiras diretrizes para a nova política externa liberal: alinhamento explícito com o Ocidente, abandonando o Movimento dos Países não Alinhados; restabelecimento de relações cooperativas com o Reino Unido; ratificação do Tratado de Tlatelolco e adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear; e desativação do projeto de míssil balístico. Tais diretrizes se transformaram em políticas efetivas ao longo da década de 1990 e a Argentina se aproximou dos

Estados Unidos nas questões militares vigentes, seja participando da Guerra do Golfo (1990-1991), enviando tropas ao Haiti, ou engajando-se em diversas missões de paz sobre a égide da ONU (ESCUDE, 2012, p. 6).

Outra grande contribuição do realismo periférico refere-se a visão de que o sistema internacional não se baseia em uma ordem anárquica e sim em uma “proto-hierarquia”, onde interagem três tipos de Estados: aqueles com poder suficiente para contribuir com o processo de estabelecimento de normas; aqueles que, sem ser suficientemente poderosos como para estabelecer normas, se ajustam às regras existentes; e aqueles que, sem ser suficientemente poderosos como para estabelecer normas, se rebelam contra essas, convertendo-se nos chamados “Estados párias”. Dessa forma, para o realismo periférico, os países com menor índice de desenvolvimento devem buscar se ajustar às regras existentes em prol de seu desenvolvimento, uma vez que o preço pago pelos países párias é extremamente alto e expõe sua população ao risco de sanções ou intervenções internacionais diretas. Assim, o realismo periférico busca fornecer uma base teórica para subsidiar as políticas públicas, de segurança e externas, com base no modelo liberal ocidental.

AMPLIAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E NOVAS PERSPECTIVAS

Desde seu surgimento até o fim da Guerra Fria, os Estudos Estratégicos não possuíam grandes preocupações epistemológicas, em que pese a divisão existente entre os “tradicionalistas” e os “behavioristas” (BUZAN; HANZEN, 2012. p.67), originada no “segundo grande debate das R.I.”, momento em que a disputa tradicionalismo-cientificismo substituíu a disputa realismo-idealismo, que marcou o início da disciplina. Dessa forma, ao longo desse período, consolida-se a aliança entre estratégia e realismo, estabelecendo-se, no domínio das Relações Internacionais, uma perspectiva racionalista/neopositivista hegemônica, que se pode rotular de “paradigma estratégico-realista” (OLIVEIRA, 2015. p. 174). A partir do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, à medida em que se ampliam os debates epistemológicos nas Ciências Sociais, tal perspectiva passa a ser confrontada por abordagens constitutivas/pós-positivistas, compostas e influenciadas por uma série de teorias sociais como o pós-estruturalismo, a teoria crítica, pós-colonialismo, feminismo, entre outros.

O fim pacífico Guerra Fria, o aumento dos conflitos intraestatais, o crescimento da imigração, as questões ambientais cada vez mais relevantes, os atores não estatais e a consolidação das chamadas novas ameaças formam o contexto para o questionamento das abordagens tradicionais de segurança,

alterando as percepções de ameaças e estimulando o debate sobre a própria definição do termo. Os mais otimistas declaravam o início de uma era de paz e cooperação, baseada na democracia liberal, no capitalismo transnacional e nas instituições e organizações internacionais.²¹ Os mais pessimistas advertiam sobre um futuro anárquico e permeado de conflitos civilizacionais ou étnicos.²² Por fim, um terceiro grupo se forma, menos focado na questão militar e concentrado nas novas ameaças e em novos entendimentos acerca do próprio conceito de segurança.

Nesse contexto, a natureza da segurança e sua definição tornaram-se elementos centrais no debate sobre os Estudos de Segurança. Buzan e Hanzen (2012, p. 67) apontam a distinção entre as concepções objetivas, subjetivas e discursivas de segurança, como a primeira distinção epistemológica central nos Estudos de Segurança Internacional (ESI). Os autores utilizam a definição de segurança objetiva e subjetiva feita por Wolfers (1952, p. 485), na qual a concepção objetiva de segurança, presente nas teorias realistas, refere-se à “ausência de ameaças a valores adquiridos”, enquanto a concepção subjetiva refere-se à “ausência do medo de que tais valores sejam atacados”. Nesse sentido, as abordagens subjetivas “ênfatizam a importância da história e das normas, das psicologias do medo e das percepções (errôneas), além dos contextos relacionais (amigos, rivais, neutros, inimigos) dentro dos quais as ameaças são enquadradas” (BUZAN; HANZEN, 2012, p. 67). Tais abordagens defendem uma ampliação do tradicional enfoque nas capacidades materiais militares, adicionando, de forma complementar, fatores não materiais como a cultura das forças armadas, o nível de coesão nacional ou as normas e tratados sobre limitação do uso da força (*Ibid.* p. 68).

As abordagens discursivas, por sua vez, advogam que a segurança não pode ser definida em termos objetivos e que, portanto, “tanto as concepções objetivas quanto as subjetivas são enganosas”. Dessa forma, “compreender o processo pelo qual “ameaças” se manifestam como problemas de segurança na agenda política”, torna-se um fator central para a análise da segurança (*Ibid.* p. 68-9).

A evolução epistemológica ocorrida nas Ciências Sociais demarca a outra questão fundamental do debate sobre os Estudos de Segurança, a distinção entre as abordagens positivistas/neopositivistas, por um lado, e filosóficas, sociológicas e constitutivas, de outro. A primeira linha de abordagem procura estabelecer teorias causais sobre o comportamento estatal, enquanto os pós-positivistas, por outro

²¹ Ver, por exemplo, Francis Fukuyama (1992).

²² Ver, por exemplo, Samuel Huntington (1997) e John Mearsheimer (1990).

lado, advogam que muitos dos problemas tratados pelas Ciências Sociais são melhores compreendidos e enfrentados por teorias não positivistas (*Ibid.* p. 70). Dessa forma, assumindo a dificuldade de compreender a materialidade da política internacional e de se explicar a relação entre guerra e política mediante a identificação de relações causais objetivamente observáveis e generalizáveis, as novas abordagens apresentam outras perspectivas para o estudo da segurança (OLIVEIRA, 2015, p. 174).

Através desse salto, todo o arcabouço de ideias, instituições e instrumentos de violência centrado no Estado, no conceito de soberania e nas noções de segurança, defesa e interesse nacional passa a ser “desnaturalizado” e questionado em suas pretensões de universalidade. [...] a problemática da segurança amplia-se, passando a ser vista como resultado de práticas sociais historicamente situadas e a ser equacionada através de um leque de novas preocupações: a construção social de identidades e suas conexões com as comunidades e a cultura; o papel das ideias, normas e valores na constituição do que precisa ser defendido e colocado em segurança; a ampliação das percepções sobre o que são as ameaças de segurança; a compreensão sobre o processo discursivo de construção dessas ameaças; a possibilidade de transformação das práticas e concepções de segurança através da reflexão crítica; a compreensão sobre as questões de gênero envolvidas nas relações sociais que moldam as práticas de segurança; as marginalizações, invisibilidades e silenciamentos produzidos pelos discursos e práticas da segurança; etc. (*Ibid.* p. 174-5).

Em resposta ao movimento que se iniciava, os tradicionalistas procuram reforçar seu predomínio no campo, reforçando seu aparato metodológico racionalista-neopositivista²³ como superior, ou ainda, como única via neutra e segura para o conhecimento científico (*Ibid.* p. 181-2); bem como advogando pela centralidade do Estado e da guerra interestadual em suas análises²⁴. Por outro lado, os “aprofundadores-ampliadores” defendiam o aprofundamento do objeto de referência para além do Estado, ampliando o conceito de segurança com a inclusão de outros setores além do militar, enfatizando de igual maneira as ameaças domésticas e transfronteiriças e permitindo, dessa forma, uma transformação da lógica realista e conflituosa vigente (BUZAN; HANSEN, 2012. p. 287-9).

Apesar de possuir como ponto unificador o desafio ao estado-centrismo militar, as posições ampliadoras-aprofundadoras eram compostas de abordagens tão diversas que ocasionaram uma série de debates intra-ampliadores durante os anos 1990 e 2000. (*Ibid.* p. 289). Em oposição à abordagem tradicionalista, Buzan e Hansen (2012, p.289-90) identificam como abordagens ampliadoras-

²³ Para um aprofundamento do aparato metodológico racionalista-neopositivista, ver Karl Popper (2004).

²⁴ Ver, por exemplo, Stephen Walt (1991) e Jonh Mearsheimer (1990)

aprofundadoras o Construtivismo convencional e crítico, o Pós-colonialismo, a Segurança Humana, os Estudos Críticos de Segurança (ECS), o Feminismo, a Escola de Copenhague²⁵ e o Pós-estruturalismo.

A questão do Estado ocidental como elemento central de análise foi inicialmente criticada pelos realistas subalternos, chamando atenção para as especificidades dos países do Terceiro Mundo, mantendo, entretanto, um Estado forte como elemento norteador. A partir dos anos 1990, crescem as críticas sobre a concepção ocidente-cêntrica do Estado como elemento central nos Estudos Estratégicos, consequência do crescimento do Pós-colonialismo nas Ciências Sociais e Humanas de forma mais ampla, o qual se relacionava com outras abordagens ampliadoras que se retroalimentavam.

desse modo um conjunto de ESI pós-coloniais se entrelaçava com a teoria social e a Sociologia Histórica e, portanto, com o Construtivismo crítico, ao chamar a atenção para a necessidade de conceitualizações de segurança que reconhecessem a especificidade do Terceiro Mundo (BUZAN; HANZEN, 2012. p. 304).

Influenciado pelo trabalho de Charles Tilly (1975), Krause (1997, p. 345) critica a definição de segurança centrada no Estado e nas guerras interestatais como “míope” e “ocidente-cêntrica”. Em sua visão, a luta para controlar os instrumentos de violência organizada teve papel central na formação do Estado moderno. Essa luta produziu uma concepção de segurança orientada para o externo, a qual se baseava na legitimidade incondicional do Estado, em um consenso social sobre valores básicos e na quase total eliminação da violência da vida política interna. Tal concepção, todavia, não seria capaz de compreender adequadamente as ameaças às estruturas estatais que não surgem de outros Estados, nem as ameaças que os Estados e seus regimes podem representar para o indivíduo ou a sociedade (*Ibid.* p. 320).

Os críticos pós-coloniais, de maneira geral, argumentam que o eurocentrismo na escrita da história resultou tanto na produção de uma certa maneira de entender o chamado Oriente²⁶, como também foi constitutivo da própria Europa e de suas instituições e pensamentos. Tal concepção, é responsável por uma visão de mundo supremacista do Ocidente, conforme observado por Barkawi e Stanski (2013, p. 5, tradução nossa):

²⁵ Alguns autores incluem a Escola de Copenhague nos Estudos Críticos de Segurança, em oposição a divisão apresentada. Ver, por exemplo: JUNG et al, 2023. p. 35. Uma explanação sobre essas diferentes interpretações foi realizada por Alberto Lozano Vázquez (Cf. 2020, p. 147-49).

²⁶ Sobre a construção do Oriente como elemento antagônico ao Ocidente, ver: Edward Said (2007).

Os ocidentais se definem contra um outro inferior e orientalizado, moldando identidades e ideologias dominantes de diversas maneiras. Como discurso, o orientalismo postula dois mundos supostamente separados, o Ocidente e o Oriente. Ao produzir uma ideia do Oriente, ele também elabora uma visão do que é entendido como Ocidente. No entanto, talvez mais impressionante do que a suposta diferença gritante entre esses dois reinos seja a desigualdade inerente entre eles. Independentemente do contexto, o Oriente é consistentemente considerado inferior ao Ocidente, como possuindo deficiências claras que apenas afirmam a suposta superioridade de sua contraparte²⁷.

A partir dessa perspectiva, as abordagens tradicionais realizam suas análises e interpretações sobre os conflitos, desde as Cruzadas entre europeus e otomanos; as “pequenas guerras” ocorridas na América Latina, Ásia e África; a 2ª GM e os esforços para considerar a Alemanha nazista como não ocidental; a Guerra Fria e a visão da União Soviética como um despotismo imperial oriental; e, mais recentemente, as intervenções militares pós Guerra fria e a Guerra ao Terror.

Por outro lado, as abordagens críticas e de segurança humana que derivam suas definições de segurança a partir do conceito de emancipação²⁸, estabelecem o agente emancipatório ocidental, seja na forma de instituições internacionais dominadas pelo Ocidente ou uma sociedade civil global nos moldes ocidentais. Mesmo quando os agentes concretos da emancipação não são ocidentais, eles são concebidos como portadores dessas ideias, seja em relação à economia, à política, ou à cultura (BARKAWI; LAFLEY, 2006. p. 350). A ingênua ideia de aguardar a libertação das mãos do Ocidente, é uma ilusão, dado o histórico a esse respeito. Após a 2ª GM, por exemplo, o sudeste asiático assistiu a tentativa de reimposição do domínio colonial holandês, britânico e francês, com resultados catastróficos no Vietnã (BARKAWI; LAFLEY, 2006, p. 339). “Mais recentemente, o Ocidente entregou o neoliberalismo e a Guerra ao Terror ao sul global, em vez da emancipação”²⁹ (*Ibid.* p. 351, tradução nossa).

²⁷ Original em inglês: “Westerners define themselves against an inferior, orientalized other, shaping dominant identities and ideologies in diverse ways. As discourse, orientalism posits two putatively separate worlds, the West and the East. In producing an idea of the East it also elaborates a vision of what is understood as West. However, perhaps more striking than the supposedly stark difference between these two realms is the inherent inequality between them. Regardless of the context, the East is consistently cast as inferior to the West, as possessing clear deficiencies that only affirm its counterpart’s presumed superiority”.

²⁸ “Emancipação é a libertação de pessoas (como indivíduos e grupos) daquelas restrições físicas e humanas que as impedem de realizar o que livremente escolheriam fazer” (Cf. BOTH, 1991, p. 319, tradução nossa). Original em inglês: “Emancipation is the freeing of people (as individuals and groups) from those physical and human constraints which stop them carrying out what they would freely choose to do.”

²⁹ Original em inglês: “Most recently, the West has delivered neoliberalism and the War on Terror to the global South rather than emancipation”

Em que pese as significativas ampliações epistemológicas oriundas das abordagens ampliadoras-aprofundadoras, essas não estão isentas de críticas quanto a presença de um possível ocidente-centrismo, ainda que de maneira subliminar, uma vez que análises sobre os dilemas securitários do Sul global sempre demandam adaptações a partir da visão ocidental hegemônica (JUNG et al, 2023. p. 30).

PROPONDO SOLUÇÕES

Os Estudos Estratégicos se originaram e importaram seu caráter ocidente-cêntrico das Relações Internacionais. Dessa forma, a busca por uma teoria não-ocidental ou global nessa área de estudo depende, e não pode ser realizada de forma isolada, de uma busca similar nas teorias de RI. Nesse sentido, Acharya e Buzan, identificando o caráter ocidente-cêntrico da disciplina, reuniram um grupo de estudiosos para debater essa questão e propor alternativas para o problema identificado³⁰. Desde então, houve uma significativa produção de estudos sobre o tema, em busca de novas teorias e conceitos a partir de suas próprias perspectivas (EUN, 2020. p. 2). Tais estudos, inicialmente empregavam o termo “não-ocidental” para essas teorias, todavia, em virtude do potencial “nativista” do termo, esse foi substituído inicialmente por teorias “pós-ocidentais” e, posteriormente, por “teorias globais” de RI³¹. Tal evolução, reflete a preocupação em se superar o binômio Ocidente/não-Ocidente (eu/outro), propondo evitar uma disputa conflituosa entre as RI ocidentais e não-ocidentais e a subsunção de uma pela outra, tornando a disciplina mais inclusiva e pluralista (EUN, 2020, p. 4; ACHARYA; BUZAN, 2017. p. 351).

Acharya foi o primeiro a introduzir a ideia de uma RI Global. Em sua visão, a disciplina, como até então estudada, não refletia as vozes, experiências, anseios e contribuições da maioria das sociedades e Estados, frequentemente marginalizando aqueles fora do Ocidente. Dessa forma, ele propõe o conceito de uma RI Global, que transcenda a divisão entre o Ocidente e o resto, partindo de seis dimensões principais: comprometimento com o universalismo pluralista; fundamentação na história mundial; redefinição de teorias e métodos de RI existentes e construção de novos a partir de sociedades até então ignoradas como

³⁰ Desse encontro resultou a publicação de seis artigos no jornal *International Relations of the Asia-Pacific*, vol.7, nº.3, em 2007. Posteriormente, tais artigos foram reunidos e complementados, levando à publicação do livro *Non-Western International Relations Theory Perspectives on and beyond Asia*, (Cf: ACHARYA; BUZAN, 2010).

³¹ Sobre o emprego dos termos e sua evolução, ver: Barry Buzan (2016) e Amitav Acharya e Barry Buzan (2017).

fontes de conhecimento; integração do estudo de regiões e regionalismos nas preocupações centrais das RI; prevenção ao etnocentrismo e ao excepcionalismo - independentemente da fonte e forma – e o reconhecimento de uma concepção mais ampla de agência com elementos materiais e ideacionais que incluem resistência, ação normativa e construções locais de ordem global (ACHARYA, 2014). Epistemologicamente, as RI Globais são fundamentadas no “universalismo pluralista” e no “pluralismo teórico”, rejeitando qualquer forma de universalismo monista que apresente uma ideia singular de verdade ou modernidade (EUN, 2020. p. 5).

No campo dos estudos de segurança, mais especificamente, Barkawi e Laffey já apontavam para o ocidente-centrismo presente desde sua origem como um problema que negligenciava e deturpava o papel do Sul global nas dinâmicas de segurança. Para os autores, “compreender as relações de segurança, passadas e presentes, requer o reconhecimento da construção mútua da Europa e do mundo não-europeu e do seu papel conjunto na construção da história” (BARKAWI; LAFFEY, 2006, p. 330, tradução nossa)³². Dessa forma, para os estudos de segurança além do ocidente-centrismo, a história e a política da guerra e da luta entre fracos e fortes, dominantes e dominados, ou entre o que chamamos atualmente de Norte e Sul global, devem se tornar um foco importante para a investigação; devendo se considerar mais atentamente os processos de subjugação imperial e às resistências originadas a partir desses (*Ibid.* p. 348). Os autores ressaltam ainda que tais categorias são de natureza relacional, isto é, uma não existe sem a outra. “O Norte global e o Sul global foram coproduzidos por meio de processos de expansão imperial e dominação neocolonial” (*Ibid.* p. 349, tradução nossa)³³. Nos estudos de segurança, algumas categorias como Estados territoriais, grandes potências, estados falidos ou civilizações, normalmente são concebidas em termos não relacionais, como se existissem de maneira independente, o que é inadequado. “O contexto social do conflito armado é um mundo de processos relacionais, um mundo que deve ser estudado em termos relacionais” (*Ibid.* p. 349, tradução nossa)³⁴.

Outra importante contribuição sobre o ocidente-centrismo dos estudos de segurança foi realizada por Pinar Bilgin, ao apontar que a ausência histórica de

³² Original em inglês: “Understanding security relations, past and present, requires acknowledging the mutual constitution of Europe and the non-European world and their joint role in making history.”

³³ Original em inglês: “The global North and the global South were co-produced through processes of imperial expansion and neocolonial domination.”

³⁴ Original em inglês: “The social context of armed conflict is a world of relational processes, a world which must be studied in relational terms.”

inseguranças não-ocidentais não se trata de um simples “ponto-cego”, mas sim de uma prática constitutiva tanto da disciplina quanto dos sujeitos e objetos de segurança em diferentes partes do mundo (BILGIN, 2010. p. 616). Na visão da autora, o caráter centrado no Ocidente tornou a disciplina “paroquial”, por confundir experiências ocidentais com o universal, e “periférica”, por rejeitar de forma arrogante a literatura sobre questões consideradas de “baixa política”, resultando em uma noção distorcida de segurança nacional que negligencia outros potenciais referenciais (*Ibid.* p. 619). Dessa forma, faz-se necessário “uma visão mais aprofundada das inseguranças experimentadas por pessoas e grupos sociais em diferentes partes do mundo, escritos que os tratem como sujeitos e não como meros objetos de segurança” (*Ibid.* p. 620).

Tanto Bilgin quanto Barkawi e Laffey se referem à Edward Said para propor uma leitura contrapontística³⁵ como forma de se buscar uma disciplina de RI e estudos de segurança mais globais. “Edward Said é um pensador ideal para se basear quando se pensa em uma RI global”³⁶ (BILGIN, 2016. p. 138, tradução nossa) e os “estudos contrapontísticos que analisam eventos, desenvolvimentos e processos no centro e na periferia juntos, oferecem um exemplo do que é necessário”³⁷ (BARKAWI; LAFFEY, 2006. p. 349, tradução nossa). A abordagem de Said para a leitura contrapontística oferece um método de estudar a política mundial por meio do foco na “conexão”, em experiências entrelaçadas, passadas e presentes (BILGIN, 2016, p.138-9).

devemos ser capazes de pensar experiências divergentes e interpretá-las em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas coexistindo e interagindo entre si. (SAID, 2011, n.p.)

Uma proposta com enfoque na realidade latino-americana pode ser observada em “A insuficiência da Crítica: o déficit analítico das Escolas Críticas de Segurança em relação ao Sul Global” (JUNG et al, 2023), onde os autores defendem a necessidade de se repensar as questões securitárias regionais sobre duas perspectivas: “ontológica e normativa, na qual a segunda fornece a base para a formulação da primeira” (*Ibid* p. 45).

Em relação à questão ontológica, os autores recorrem à Enrique Dussel e sua teoria da “filosofia da libertação”, que propunha o “desprendimento da ontologia

³⁵ O termo possui origem na música, referindo-se a duas linhas independentes, mas harmoniosas, em uma composição musical. (Cf: BILGIN, 2016. p. 139)

³⁶ Original em inglês: “Edward W. Said is an ideal thinker to draw upon when thinking about Global IR.”

³⁷ Original em inglês: “‘Contrapuntal studies’ that analyse events, developments and processes in core and periphery together, offer one example of what is required.”

ocidental/eurocêntrica em vias de construir um pensamento filosófico latino-americano emancipado” (*Ibid.* p. 46).

Ao se pensar uma nova ontologia – e não apenas através de um esforço epistemológico [...] – é que se pode pensar num projeto normativo que sustente uma teoria securitária latino-americana. Ainda, ao retomar Dussel, é possível argumentar que a América Latina enquanto espaço marginalizado – no que o filósofo, em diálogo com a teoria da dependência, argumenta sobre a dominação que acomete o continente – tem origens na ontologia da totalidade, a qual consiste nas representações ocidentais sobre a realidade. (JUNG et al, *loc. cit.*)

Dessa forma, os autores argumentam que, em que pese os avanços epistemológicos ocorridos com a ascensão das abordagens ampliadoras e críticas, permanece a existência de dois eixos ainda deficitários: o ontológico e o normativo. Assim, para se desenvolver uma perspectiva de segurança que seja realmente global, faz-se necessário se distanciar dos limites acadêmicos ocidentais e olhar de forma mais atenta e ampla para o internacional.

CONCLUSÃO

Os Estudos Estratégicos surgem como área de conhecimento autônoma a partir do término da 2ª GM, sobre forte influência dos seus acontecimentos e da Guerra Fria que se iniciava. Desde os primeiros momentos, percebe-se o ocidente-centrismo presente na área de estudo, “importado” de sua disciplina mãe, as Relações Internacionais. Dessa forma, este artigo procurou demonstrar a evolução do campo e como a centralidade do Ocidente se manifestou ao longo desse período, incluindo as abordagens ampliadoras e amplificadoras que ganharam força a partir do final dos anos 1970. Argumentou-se que tal perspectiva impede a correta interpretação dos eventos ocorridos no sistema internacional e gera uma perspectiva paroquial e periférica para a área de conhecimento, a qual não se aplica a realidade da maioria dos países pertencentes ao sistema internacional. Por fim, algumas perspectivas que visam combater essa característica e proporcionar uma área de estudo mais global, que atenda melhor a realidade de todos os países e não somente das grandes potências ocidentais, foram apresentadas.

Dessa forma, este artigo aponta para o ocidente-centrismo nos Estudos Estratégicos como um problema que precisa ser reconhecido e combatido. Para isso, são sugeridos três eixos de atuação. Primeiro, propõe-se a consolidação do termo Estudos Estratégicos conforme estabelecido pelo professor Eurico Figueiredo (2010; 2015), com seu objeto de estudo definido em termos do binômio

“Defesa Nacional” e “Estudos de Segurança Internacional”. Tal definição se demonstra relevante por permitir uma visão ampla, que contempla tanto as abordagens tradicionais quanto as perspectivas ampliadoras e críticas. Em segundo lugar, advoga-se pela importância das ampliações epistemológicas ocorridas como ferramentas de análise que permitam uma visão além da tradicional, centrada no Estado e no poderio militar. Por fim, sugere-se a adoção de uma visão “contrapontística” como forma de permitir uma melhor interpretação dos fenômenos mundiais, sem excluir a importância das abordagens tradicionais e das grandes potências na formação da ordem internacional, mas considerando também a agência de outros atores e considerando as relações de dominação e subordinação históricas entre o centro e a periferia.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. ***The Periphery as the Core***. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (ed.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Londres: UCL Press, 1997.
- ACHARYA, A. ***Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies***. In: *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4, p. 647-659. S.I. Oxford University Press, 2014.
- ACHARYA, A.; BUZAN, B. (ed.). ***Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia***. Londres: Routledge, 2010.
- ACHARYA, A.; BUZAN, B. ***Why is there no non-Western International Relations theory? Ten years on***. *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 17, n. 3, p. 341-370. S.I. Cambridge University Press: 2017.
- AYOGB, M. ***Defining Security: A Subaltern Realist Perspective***. In: *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Editado por Keith Krause e Michael C. Williams. Londres: UCL Press Limited, 1997.
- AZAR, E.; MOON, C. ***Legitimacy, Integration and Policy Capacity: The ‘Software’ Side of Third World National Security***. In: AZAR, E.; MOON, C. (edit.) *National Security in the -Third World: The Management of Internal and External Threats*. p. 77-101. Aldershot: Edward Elgar, 1988.
- BARKAWI, T. ***On the Pedagogy of Small Wars***. In: *International Affairs*, v. 80, n. 1, p. 19-38. S.I.: Oxford University Press, 2004.
- BARKAWI, T.; LAFLEY, M. ***The postcolonial moment in security studies***. *Review of International Studies*, v. 32, n. 2, p. 329-352. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BARKAWI, T.; STANSKI, K. (ed.). ***Orientalism and War***. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.
- BAYLIS, J.; GRAY, C.; WIRTZ, J. ***Strategy in the Contemporary World***. 6. ed. Glasgow: Bell & Bain Ltd, 2019.

BILGIN, P. ***The “Western-Centrism” of Security Studies: “Blind Spot” or Constitutive Practice?*** In: Security dialogue, v. 41, n. 6, p. 615-622. Thousand Oaks: Sage publications, 2010.

BILIGN, P. ***“Contrapuntal reading” as a method, an ethos, and a metaphor for Global IR***. In: International Studies Review v. 18, n. 1, p. 134–146. S.I. Oxford University Press, 2016.

BOOTH, Ken. ***Security and emancipation***. In: Review of International Studies, v. 17, n. 4, p 313-326. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BRODIE, B. et al. ***The Atomic Bomb and American Security***. Yale: Yale Institute of International Studies, 1945.

BRODIE, B.; DUNN, F. S. ***The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order***. Nova Iorque: Harcourt, Brace & CO, 1946.

BRODIE, B. ***Strategy as a Science***. World Politics, v. 1, n. 4, pp 467-488. Cambridge, Cambridge University Press, 1949.

BUZAN, B. ***Could IR Be Different?*** In: International Studies Review, v. 18, n. 1, p. 155-157. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BUZAN, B.; HANSEN, L. ***A evolução dos Estudos de Segurança Internacional***. Tradução: Flávio Lira. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Ed. Original: 2009.

CARR, E. H. ***VinteAnos de Crise: 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais***. Trad. Luiz Alberto F. M. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. Ed. Original 1939.

CHAMBERLIN, P. T. ***The Cold War's Killing Fields: Rethinking the Long Peace***. Nova Iorque: Harper Collins, 2018.

EARLE, M. (org.). ***Makers of Modern Strategy***. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 1948.

ESCUDE, Carlos Andrés; ***Realismo Periférico: Una experiencia argentina de construcción de teoría, 1986-1997***; In: Polhis, n. 11, p. 1-18, 2012.
Disponível em: https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/rrii_escude.pdf. Acesso em 07 set. 2024.

EUN, Yong-Soo. ***Non-Western International Relations Theorisation: Reflexive Stocktaking***. Bristol: E-International relations, 2020.
Disponível em: e-ir.info/2020/04/12/non-western-international-relations-theorisation-reflexive-stocktaking/#google_vignette. Acesso em: 08/09/2024.

FIGUEIREDO, E. L. ***Os estudos estratégicos, a defesa nacional e a segurança internacional***. In: Lessa, R. (org.) Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política. Petrópolis: Vozes, 2010.

FIGUEIREDO, E. L. ***Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico***. In: Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 2, n. 2, p. 107-128, jul./dez. 2015.

FRANKOPAN, P. **O coração do mundo: Uma nova história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente.** São Paulo: Planeta, 2019. Ed. Kindle (n.p.).

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem.** Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GRAÇA, P. B. **A Área dos estudos Estratégicos.** In: Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 4, n. 2, p. 39-57, jul./dez. 2013.

GRAY, C. S. **War, Peace and International Relations: An Introduction to Strategic History.** Abingdon: Rotledge, 2007.

HERZ, J. **Idealist Internationalism and the Security Dilemma** World Politics, v. 2, n. 2 p. 157-180. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

HOBSON, J. **The Eastern Origins of Western Civilization.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOBSON, J. **The Eurocentric Conception of World Politics: Western International Theory, 1760-2010.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HUNTINGTON, S. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial.** Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JUNG, João H. S.; DINIZ, Bárbara C.; FELINI, Carina R. **A insuficiência da crítica: o déficit analítico das Escolas Críticas de Segurança em relação ao Sul Global.** In: Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 26–55, 2023.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. (ed.). **Critical Security Studies: Concepts and Cases.** Londres: UCL Press, 1997.

KRAUSE, K. **Insecurity and State Formation in the Global Military Order: The Middle Eastern Case.** In: European Journal of International Relations, v.2, n.3, p.319-54. S.l.: 1996.

LUARD, E. **War in International Society: A Study in International Sociology.** Londres: I.B. Tauris & Co., 1986.

MEARSHEIMER, J. **Back to the Future Instability in Europe after the Cold War.** In: International Security, v. 15, n. 1, p. 5-56. Cambridge: MIT Press, 1990.

MEHLER, A.; HOFFMAN, B. **Area Studies** – social research. In: Encyclopedia Britannica, versão online, 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/area-studies>. Acesso: 27 ago. 2024.

MIJARES, V. M. **Realismo y Seguridad Internacional.** In: VÁSQUEZ, A. L. (org.). *Seguridad y asuntos internacionales: Teorías, dimensiones, interdisciplinas, las américas, amenazas, instituciones, regiones y política mundiales.* Cidade do México: Siglo XXI editores, 2020. Ed. Kindle, com paginação.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz.** Trad: Oswaldo Biato. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. Ed. Original: 1948.

OLIVEIRA, G. C. **Rompendo o Paradigma Estratégico-Realista:** Por uma Perspectiva Epistemológica Eclética dos Estudos de Defesa. In: Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 2, n. 2, p. 173-195, jul./dez, 2015.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica.** Tradução de Leonidas Hegenber e Octanny Silveira. São Paulo: Cultrix, 2004. Edição original de 1959.

SAID, E. W. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2007. Ed. Kindle (n.p.).

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo.** Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2011. Ed. Kindle (n.p.).

SCHENONI, L.; ESCUDÉ, C. **Peripheral Realism Revisited.** In: Revista Brasileira de Política Internacional. v. 59, n. 1, 2016.

TILLY, Charles. **The Formation of National States in Western Europe.** Princeton: Princeton University Press, 1975.

VÁSQUEZ, A. L. **La Seguridad Desde las Teorías de Relaciones Internacionales.** In: VÁSQUEZ, A. L. (org.). *Seguridad y asuntos internacionales: Teorías, dimensiones, interdisciplinas, las américas, amenazas, instituciones, regiones y política mundiales.* Cidade do México: Siglo XXI editores, 2020. Ed. Kindle, com paginação.

WARNER, M. **The Office of Strategic Services: America's First Intelligence Agency.** Central Intelligence Agency, 2010. Disponível em: <https://www.cia.gov/resources/csi/books-monographs/the-office-of-strategic-services-americas-first-intelligence-agency/>

WALT, S. M. **The Renaissance of Security Studies.** In: International Studies Quarterly, v. 35, n. 2, p. 211-239. Oxford: Oxford University Press, 1991.

WALTZ, K. **Theory of International Politics.** Boston: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WOLFERS, A. **"National Security" as an Ambiguous Symbol.** In: Political Science Quarterly, v. 67, n. 4, p. 481-502. Oxford: Oxford University Press, 1952.